

O desenvolvimento do conceito de intencionalidade:

Brentano, Husserl e Searle em diálogo

The development of the concept of intentionality:

Brentano, Husserl and Searle in dialogue

Danilo da Cunha Pontes⁴⁶

RESUMO: Para Husserl, a intencionalidade não é um elemento real e objetivo para a distinção entre o psíquico e o físico, portanto ele não atribuiu um significado intencional a todos os fenômenos psíquicos. Por conseguinte, não são todas as vivências intencionais. Husserl tece uma crítica à tese de Brentano a qual defendia que a intencionalidade continha imanentemente um objeto como representação psíquica do objeto real. Ao contrário do que Brentano sustentava, o objeto é transcendente à intencionalidade e se manifesta na própria intencionalidade somente como componente não real, isto é, como significado, sentido. Não-real significa ideal; reais são os atos subjetivos, componentes da intencionalidade que se correlacionam à intuição desta idealidade. Na doutrina da intencionalidade de Brentano, os objetos percebidos, fantasiados, julgados, desejados, etc. "entram na consciência", "são recebidos na consciência" ou, de maneira inversa, "a consciência" entra em relação com eles. Na tradição analítica, o termo reaparece com Searle na obra *Intencionalidade*, onde o autor dando continuidade às suas pesquisas na área de filosofia da linguagem – teoria dos atos de fala – recupera o termo intencionalidade acrescentando-lhe as ideias de *Network* e *Background*. Para o autor assim como as enunciações, as representações mentais possuem direção de ajuste e condição de satisfação.

PALAVRAS-CHAVE: Intencionalidade; consciência; Background.

ABSTRACT: For Husserl, intentionality it is not a real element and objective to the distinction between psychic and physical, thus, he did not assign an intentional meaning to all psychic phenomena. Thereafter, it is not all intentional experiences. Husserl build a critic to Brentano's thesis which defended that intentionality has immanently an object as psychic representation of the real object. On the contrary to what Brentano sustained, the object is transcendent to intentionality and manifests itself in its own intentionality only as a not real component, this is, as meaning, sense. Not real means ideal; real are the subjective acts, components of the intentionality that are correlated with intuition of this ideality. In Brentano's doctrine of intentionality, the perceived, fantasized, judged, desired objects "enter into the consciousness", "are received into the consciousness" or, on the reversed way, "the consciousness" enter in relation with them. In the analytic tradition, the term reappears with Searle in the work *Intentionality*, where the author, continuing with your researches on the area of philosophy of language - theory of speech acts – recovers the term intentionality adding the ideas of *Network* and *Background*. To the author, as well as the enunciations, the mental representations have direction of adjust and condition of satisfaction.

KEYWORDS: intentionality; consciousness; Background.

⁴⁶ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG).Email: danilo_pontox@yahoo.com.br.

1.

Falar em intencionalidade é evocar um tema que grosso modo atravessa toda história da filosofia. No entanto é preciso atentar ao fato de que é uma tarefa quase impossível querer realizar uma abordagem sistemática, dado que as formulações e teorias propostas que encontramos ao longo da história tenha sido tão variadas.

O conceito clássico de intencionalidade que conhecemos é originário da filosofia escolástica, mas como é sabido, foi Brentano quem formulou a versão hoje clássica de intencionalidade em sua *Psicologia do ponto de vista empírico*. Husserl reapropria de tal termo inserindo-o na quinta de suas *Investigações Lógicas*, dando assim curso a tradição fenomenológica. Posteriormente R. Chisholm em um de seus artigos introduz a temática da intencionalidade no mundo da filosofia analítica, dando um enfoque linguístico – dessa forma a ideia de intencionalidade é trabalhada por diversos autores da tradição analítica e da filosofia da mente, como é o caso do filósofo norte americano John Searle que abordaremos mais adiante. Dessa maneira o problema da intencionalidade se converte em um dos pontos onde é mais fácil a comunicação entre duas tradições filosóficas – a fenomenológica e a analítica.

2.

Quando Brentano retoma o conceito de intencionalidade dos escolásticos, o autor busca utiliza-lo como aspecto distintivo entre os fenômenos psíquicos, contrapostos àqueles físicos. Dessa forma a ideia de intencionalidade para Brentano surge como “relação ao conteúdo ou direção ao objeto”. Chega-se dessa maneira a compreensão de que todo fenômeno psíquico se distingue por ser uma "consciência de alguma coisa".

Todo fenómeno psíquico está caracterizado por lo que los escolásticos de la Edad Media han llamado la inexistencia intencional (o mental) de un objeto, y que nosotros llamaríamos, si bien con expresiones no enteramente inequívocas, la referencia a un contenido, la dirección hacia un objeto (por el cual no hay que entender aquí una realidad), o la objetividad imanente⁴⁷. (BRENTANO, 1935, p.81)

⁴⁷Tudo e qualquer fenómeno psíquico é caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média denominavam como inexistência intencional (ou também mental) de um objeto e que nós, se bem que com expressões não completamente inequívocas, poderíamos denominar como a referência a um conteúdo, a direção para um objeto (pelo qual não se deve entender uma realidade) ou a objetividade imanente. (Tradução nossa)

Husserl ao se apropriar do termo “brentaniano”, se distancia da concepção que seu mestre apresentava. Diante disso o desenvolvimento da intencionalidade para o fenomenólogo se diverge de Brentano em alguns pontos. O primeiro ponto consiste em que, para Husserl, a intencionalidade não é um elemento real e objetivo para a distinção entre o psíquico e o físico, portanto ele não atribuiu um significado intencional a todos os fenômenos psíquicos. Por conseguinte, não são todas as vivências intencionais. Um outro ponto se pauta no fato de que o objeto não é imanente à intencionalidade. Husserl desenvolve uma crítica à tese de Brentano que sustentava a ideia de que a intencionalidade continha de forma imanente um objeto como representação psíquica do objeto real. Ao contrário do que sustentava Brentano, o objeto é sempre transcendente à intencionalidade e se manifesta na própria intencionalidade somente como componente não real, isto é, se manifesta como significado, sentido. Não-real deve ser entendido aqui como ideal; reais são os atos subjetivos, que emergem como componentes da intencionalidade que se correlacionam à intuição desta idealidade. Nas palavras de Husserl:

É um grave erro estabelecer uma distinção real entre os objetos “meramente imanentes” ou “intencionais” e os objetos “transcendentes” ou “reais” que lhes corresponderiam eventualmente, ora se interprete essa distinção como uma distinção entre um signo ou uma imagem existente realmente na consciência e a coisa designada ou representada em imagem, ora se interprete o objeto imanente de outro modo qualquer, como um dado real da consciência [...]. O objeto intencional da representação é o mesmo que seu objeto real e – conforme o caso – que seu objeto exterior, e é um contrassenso distinguir entre ambos. O objeto transcendente não seria o objeto dessa representação, se não fosse seu objeto intencional. Em suma, se compreende que esta é uma proposição meramente analítica. (HUSSERL, 1929)

Na doutrina da intencionalidade proposta por Brentano, os objetos percebidos, fantasiados, julgados, desejados, etc. “entram na consciência”, “são recebidos na consciência” ou, de maneira inversa, “a consciência” entra em relação com eles. Husserl diante de tal doutrina sinaliza para duas possíveis falhas ou más interpretações: (i) que se trataria de uma relação real pertencente ao conteúdo real da vivência; (ii) que se trataria de uma relação entre duas coisas encontradas na consciência, de acordo com a expressão escolástica “in-existência intencional”.

No direcionamento intencional da consciência, isto é, na intencionalidade não há uma referência ou um processo real que tenha lugar entre a consciência de um lado e a coisa

consciente no outro. Não há também uma relação entre duas coisas que se encontram realmente da mesma maneira na consciência, isto é, um estado psíquico em que se encontram um objeto intencional e um objeto real, dois conteúdos da consciência conectados um ao outro. Apenas uma coisa é presente: a vivência intencional, cujo carácter descritivo essencial é precisamente a intenção.

A in-existência intencional apresentada por Brentano, compreendida em seu sentido original de "existência *in mentis*", necessita ser compreendida no sentido de existente em intenção, no entanto, essa existência não se dá de forma natural na mente, em ipseidade (carne e osso). Husserl deixa claro que as vivências intencionais referem-se de modos diferentes a objetos representados, no entanto, o "objeto é nelas 'visado', é 'tido em vista'". Devemos nos atentar ao fato de que não há duas coisas presentes na vivência: o objeto e a vivência intencional. O que temos é a vivência intencional de um dado objeto, e visá-lo é uma vivência, até mesmo pelo fato de que o objeto pode simplesmente não existir *extra mentis*. Para compreender melhor isso que estamos buscando esclarecer utilizaremos um exemplo similar ao que Husserl apresenta em suas *Investigações Lógicas*. Pensemos na figura de Odim. Se me represento Odim, o objeto representado tem in-existência intencional. Isso vale que tenho uma determinada vivência de representação daquilo que, em minha consciência, se consuma em um representar Odim, sem, no entanto, encontrar aí "naturalmente" algo como o próprio Odim. Mesmo que ele não seja algo *extra mentem*. O fundamental aqui é que, do ponto de vista da experiência fenomenológica, a existência ou não do objeto (no caso Odim) em nada muda a situação: "Para a consciência, o dado é essencialmente idêntico, quer o objeto representado exista, quer seja ficcionado, quer seja mesmo um contrassenso" (HUSSERL, [1900-1901] 1929).

Em suma, o fato de Husserl adotar a expressão "objeto intencional" está pautado na questão de que ela aponta para uma forma de representação que é real, na vivência, sem que tal implique necessariamente uma existência natural *extra mentis* dos objetos intencionados. Os objetos intencionais, enquanto visados, sempre existem na consciência. Dessa maneira, pode a consciência, portanto, exprimir-se sobre este ser, do modo como ele se denota, elucidando a forma pelo qual ela o visa. Para isto, não tem necessidade de sair de si, mas somente de proceder ao exame destes modos de intenção.

3.

Entrando agora no terreno da filosofia analítica buscaremos fazer uma rápida abordagem do tema da intencionalidade em Searle, onde tal teoria, ocupa um dos papéis centrais. Ela possui de algum modo, uma evolução paralela a tudo que Searle produziu em filosofia da mente. Mas não podemos deixar de lado sua relação estrita com todo o propósito investigativo desenvolvido pelo autor. Podemos dizer que a teoria da intencionalidade em Searle está situada em continuidade com sua teoria dos atos de fala. Compreender a ideia de intencionalidade do referido autor não é um trabalho fácil, dado que esse pressupõe um naturalismo biológico, dificultando na compreensão do que ele entende por consciência e o que ele compreende por intencionalidade⁴⁸. Segundo o *Dicionário de Obras Filosóficas* (2002) a teoria da intencionalidade apresentada por Searle, deve ser compreendida como “a capacidade biológica fundamental do espírito de pôr o organismo em relação com o mundo” (p. 304). Isto é, a intencionalidade emerge como aquilo que nos possibilita relacionarmos com o mundo, dado que se dirige a, ou se refere a algo. Tal direcionalidade representa a característica fundamental de todo e qualquer estado intencional. Afim de obter um estado intencional (seja ela qual for), faz-se necessário determinadas condições de satisfação, ou seja: veracidade (qualquer objeto intencional necessita existir), direção de ajuste (Existem dois modos, mente-mundo e mundo-mente), conteúdo (aquilo que da condição para que o estado intencional seja acerca de algo) e modo psicológico (crença, desejo, intenção, esperança etc.). Dessa maneira, pode haver estados intencionais que possuam o mesmo conteúdo e a mesma direção de ajuste, no entanto seus modos psicológicos são diferentes. Podemos exemplificar da seguinte maneira: o ato de levantar da cama e sair do quarto tem como seu conteúdo a ação (levantar da cama e sair do quarto) e como sua direção de ajuste mundo-mente, contudo o modo psicológico pode alterar, ainda que seja conservando esses dois aspectos. Levantamos da cama e saímos do quarto porque *cremos* que deitar no sofá na sala estará melhor, ou ainda, temos a *intenção* de ir ao banheiro, ou *esperamos* encontrar alguém e assim por diante.

⁴⁸Há algumas ambiguidades no pensamento de Searle nesse ponto, dado que há necessidade de pressupostos da neurobiologia, dos quais não é possível ser assegurado pelas ciências. Contudo surge uma confiança de certo modo ingênua de que a ciência neurobiológica venha em algum momento autenticar as teses de seu naturalismo biológico.

4.

Outro aspecto que já havíamos adiantado anteriormente e que faz jus ser novamente salientado aqui é a articulação que Searle faz entre intencionalidade e Naturalismo Biológico. O filósofo afirma que a intencionalidade é produto da seleção natural e, por conta disso, evoluiu juntamente com todo o sistema biológico humano, estando inserido dessa maneira no âmbito do mundo físico. Temos, portanto, que, se a consciência é compreendida como um fenômeno natural, necessariamente a intencionalidade deverá ser compreendida da mesma forma – pelo fato de ser um aspecto da própria consciência. Afim de enfatizar o aspecto biológico da intencionalidade, Searle nos apresenta, uma família de noções.

Em um primeiro momento, temos dentro dessas famílias de noções, as formas biologicamente basilares de intencionalidade, representadas pela: percepção e ação. Nas percepções, o que surge como o mais característico, — enfatizando dessa maneira que elas são características básicas da intencionalidade — são as condições de satisfação, decorrentes de qualquer ato perceptivo. Há sempre no ato perceptivo uma direcionalidade (toda percepção é sempre percepção de algo) bem como uma direção de ajuste (mente-mundo), constituindo dessa maneira, características essenciais para todo e qualquer ato intencional. Para além disso, em um âmbito valorativo, pode ser dito que a percepção estabelece uma íntima relação com o *background*⁴⁹, crenças e desejos. Percebemos objetos, e os percebemos da maneira como eles nos apresentam, contudo estabelecemos uma relação subjetiva com os mesmos. De outra maneira, mesmo sendo a percepção uma das formas fundamentais de intencionalidade, ela estabelece relações com outras formas mais “complexas”, ou superiores, de intencionalidade, como por exemplo as crenças e os desejos. Diante disso, como infere o autor, podemos aceitar que na percepção não temos apenas o ato perceptivo em si, mas, junto deste, há também um modo psicológico de apresentação de qualquer percepção (SEARLE, 1995).

⁴⁹“O *background* é um conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação. Os estados intencionais apenas tem as condições de satisfação que têm e, portanto, apenas são os estados que são sobre um *Background* de capacidades que, em si mesmas não são estados intencionais. Para que eu possa ter agora estados os intencionais que tenho, preciso ter determinados tipos de saber práticos (*know-how*): preciso saber como as coisas são e preciso saber como fazer as coisas, mas esses tipos de “saber como” (*know-how*) em questão, não são, nesses caso, formas de “saber que” (*know-what*)” (SEARLE, 1995)

5.

No que tange às ações intencionais, Searle (1995) defende que da mesma forma como uma crença é satisfeita se, e somente se, o estado de coisas representado pelo conteúdo do desejo venha a ocorrer, bem como, uma intenção só é satisfeita se, e somente se, a ação representada por seu conteúdo vier de fato a ser realizada. Isso significa que uma ação intencional, consiste meramente às condições de satisfação de uma intenção. Tomemos o seguinte exemplo, derramar uma bebida não dispõe ser a condição de satisfação de uma intenção, dado que as pessoas geralmente não derramam bebidas intencionalmente, contudo, ainda assim, algo dessa natureza poderia ser uma ação intencional, uma vez que de alguma forma poderia ser a condição de satisfação de uma outra ação. Cabe nesse ponto uma questão demasiado importante. Como relacionar intenção e ação? Ou seja, toda ação seria intencional? Para Searle (1995) há dois tipos de ações intencionais, (i) ações em que a intenção é precedente à ação, e (ii) ações que transcorrem sem que haja uma intenção pregressa. No entanto qualquer ação intencional possui intenções em suas ações, sejam elas precedentes ou não. Isso fica mais nítido se pegarmos o exemplo que o próprio Searle nos apresenta: Bill pretende matar seu tio utilizando uma arma de fogo. Bill encontra-se muito nervoso com a referida situação e, no momento do disparo ele acaba errando seu alvo. Todavia, com o barulho emitido pelo disparo, uma vara de porcos se assusta e esses acabam, pisoteando acidentalmente o tio de Bill, resultando em seu óbito. Agora o objetivo de Bill está concretizado, contudo, não foi concretizado da maneira como ele havia planejado. A intenção de Bill não era de assustar os porcos, mas sim matar seu tio com a arma de fogo. Ao planejar a morte do tio, Bill tinha uma intenção em ação (atirar com a arma de fogo e, por consequência, matar seu tio), no entanto mesmo com sua ação malograda, o objetivo final fora satisfeito.

Essa questão nos leva automaticamente a um outro problema: no que se refere ações não intencionais, seriam essas destituídas de intencionalidade?

Não pode haver nenhuma ação, nem mesmo não-intencional, sem Intenção em ação. Portanto, as ações necessariamente contêm intenção em ação, mas não necessariamente são causadas por intenções prévias. (SEARLE, 1995).

E o exemplo oferecido por Searle da morte do tio do Bill nos auxilia na compreensão da questão acima colocada. Bill não tinha intenção de assustar a vara de porcos com seu disparo, todavia isso possibilitou com que seu objetivo final fosse alcançado. Diante disso, podemos

compreender que, mesmo ações completamente malogradas – que não ocasionem em um desfecho acidental, como no caso de Bill) têm intenções em ação. Para finalizar podemos tomar outro exemplo: derramar bebida. Normalmente esse tipo de fato não costuma ser uma ação intencional, no entanto podemos perceber a intenção em ação de se agir de uma outra maneira, mas que resultou em um acidente.

Referências

- BRENTANO, F. *Psicologia desde um ponto empírico*. Madri: Universidade Complutense, 1935.
- HUISMAN, D. *Dicionário de Obras Filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª ed., 2002.
- HUSSERL, Edmund. *A Ideia da fenomenologia*. Tradução A. Morão. Lisboa: Edições 70, [1907] 2008.
- _____. *Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica*. Tradução Márcio Suzuki. São Paulo: Ideias e Letras, [1913] 2006.
- _____. *Investigaciones Lógicas*, 1. Madri: Alianza Editorial, [1900-1901] 1929a.
- _____. *Investigaciones Lógicas*, 2. Madri: Alianza Editorial, [1900-1901] 1929b.
- SEARLE, J. *Intencionalidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- _____. *Mente, Cérebro e Ciência*. Edições 70, Lisboa, 1997.
- _____. *O Mistério da Consciência*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- _____. *A Redescoberta da Mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- SILVA, P. Intencionalidade: Mecanismo e Interação. *Principia*, Santa Catarina, v.14, n.2, p. 255-278, ago.2010.